

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia 10ª Região PA/AP, criado pela Lei 5.766/71, constitui uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O CRP 10 tem jurisdição em todo o estado do Pará e Amapá, com sede na cidade de Belém-PA e sua seção na cidade de Macapá-AP.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Convergência às novas normas de contabilidade aplicada ao setor público

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Conforme o exposto, o CRP10 iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e implantando o novo sistema SISCONT.NET.

2.2. Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2012, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber e a provisão para devedores duvidosos.

Em janeiro de 2016, foram realizados ajustes necessários em algumas obrigações, como fornecedores diversos e impostos, que estavam com saldos inexistentes, sendo registrados na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.



2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

I – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2016 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 1.624.972,85 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 1.787.291,79, apresentando um déficit orçamentário de R\$ 162.318,94.

Este ocorreu devido ao valor da reforma da sede do CRP10, onde não foram previsto na dotação orçamentária o reforço estrutural e da cobertura.

II – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2016 é demonstrado pela diferença entre o total dos ingressos orçamentários (R\$ 1.624.972,85) com os extraorçamentários (R\$ 849.986,53) que foi de R\$ 2.474.959,38 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 1.787.291,79) e extraorçamentários (R\$ 833.786,05) que foi de R\$ 2.621.077,34, apresentando um resultado negativo de R\$ 146.117,96.

III – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.



A DVP do exercício de 2016 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 2.203.566,57 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 2.042.609,28, gerando um Superávit no resultado patrimonial do período de R\$ 160.957,29.

IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2016 foi de R\$ 171.747,85, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$ 171.747,85 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$ 0,00.

V – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (compostos pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pela Provisão de devedores duvidosos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias a funcionários e Provisão de IRRF a recuperar), Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente.

Destes informados, destaca-se as provisões para devedores duvidosos no valor de R\$ 579.022,72 (composta pelos créditos tributários não arrecadados de 2016, como anuidade de pessoa física no valor de R\$ 562.106,50, anuidade de pessoa jurídica no valor de R\$ 5.641,78 e fundo de seções no valor de R\$ 11.274,44).

Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação.

Em 2016, o imobilizado sofreu elevação de saldo no valor de R\$ 317.866,31. Tal aumento ocorreu devido a realização da reforma da sede do CRP10 na cidade de Belém-PA, totalizando R\$ 293.201,01, reforma realizada pela empresa **PR Engenharia Civil R Trabalho LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 13.417.052/0001-00. A aquisição de bens móveis para inauguração da sede após a reforma complementou o saldo do imobilizado no valor R\$ 24.665,30.



Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (suprimento de fundo a comprovar) Obrigações Fiscais a Curto Prazo (impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias).

Passivo Não-Circulante

No Passivo Não-Circulante foi dado baixa nas Provisões a longo prazo, pois se tratava de um empréstimo contraído em junho de 1998, junto ao CFP para compra de sede do CRP10. No entanto, este foi quitado em dezembro de 2008, conforme declaração de quitação de empréstimo assinada pelo conselheiro tesoureiro do CFP, André Leonardi, em 23 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

Em 2016, conforme demonstrado no balanço patrimonial, o patrimônio líquido apresentou um resultado acumulado de R\$ 1.270.315,24, onde parte deste resultado é referente a inscrição de restos a pagar no valor total de R\$ 4.715,24, devida a empresa Vip Alarmes Monitorados 24 Horas Ltda, pela instalação e monitoramento de alarme.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2016 e a Prestação de Contas do exercício de 2016 serão aprovadas pelo Plenário do CRP10 e enviadas ao CFP para apreciação e julgamento.

Luiz Romano da Motta Araujo Neto
Presidente do CRP10
147.328.902-53

Giane Silva Santos Souza
Tesoureira do CRP 10
281.082.562-91

Amanda Fernandes Vianna
Coordenadora Adm. E Financeira
CRP10
980.160.322-49

Marcos Gonçalves Miranda
Contador
003.032.822-58



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA _ 10ª REGIÃO
JURISDIÇÃO Pará/Amapá

Conselho Regional de Psicologia 10ª Região PA/AP - CNPJ: 37.115.540.0001-20

Belém/PA: Av. Generalíssimo Deodoro, 511
Fone: (91) 3224-6322/32246690
CEP: 66.055-240
Fax: (091) 3225-4491/30854281
Email: crp10@crp10.org.br

Macapá/AP: Rua Rio Macacoari, nº 16, sala 02
Fone/Fax: (96)3223-3945
CEP: 68.901-020
Email: secaoamapa@crp10.org.br



CRP 10
Conselho Regional de Psicologia
10ª região Pará | Amapá